

<https://www.dn.pt/lusa/interior/amp/gasoduto-para-timor-leste-so-com-subsidio-de-56-mmusd--comissao-da-onu-9167108.html> *English translation on next page*

## **Gasoduto para Timor-Leste só com subsídio de 5,6 MMUSD - Comissão da ONU**

Lusa, 07 de Março 2018 --A construção de um gasoduto para Timor-Leste só teria retornos comerciais viáveis com um “subsídio direto” do Governo ou de outra fonte no valor de 5,6 mil milhões de dólares, considerou uma comissão de conciliação da ONU.

Essa é a conclusão sobre as opções do modelo de desenvolvimento dos poços de Greater Sunrise emitida pela Comissão de Conciliação que mediou as negociações entre a Austrália e Timor-Leste que culminaram no tratado de fronteiras marítimas assinado pelos dois países na terça-feira em Nova Iorque.

Em causa está a opção de um gasoduto do Greater Sunrise para Darwin (DLNG) ou para o sul de Timor-Leste (TLNG), com Timor-Leste a receber 80% das receitas e a Austrália 20% na primeira opção ou respetivamente 70% e 30% na segunda. Os dois países não chegaram a acordo sobre o gasoduto.

“A comissão considera que o desafio para a opção TLNG seria alcançar um nível aceitável de retorno no projeto ‘downstream’ sem exceder o limite da ‘portagem’ que o conceito ‘upstream’ poderia suportar”, refere um documento que compara as duas opções hoje divulgado pela Comissão de Conciliação.

“A comissão considera que isso pode ser alcançado, mas só com um subsídio direto ao TLNG do Governo ou de outra fonte de financiamento. A Comissão estima que seria necessário um subsídio direto ao capital de investimento do projeto na ordem dos 5,6 mil milhões de dólares”, precisa-se no documento.

Na prática, refere, só assim a opção TLNG poderia garantir um valor de ‘portagem’ pelo uso do gasoduto de menos de 2 dólares por MMBtu - valor necessário para tornar o projeto do Greater Sunrise economicamente viável, segundo as contas da comissão.

O MMBtu é uma medida aplicada em sistemas de transporte de gás natural.

Ainda assim, a comissão reitera que é “difícil quantificar com precisão os efeitos económicos mais amplos das duas opções”, posição confirmada pelas partes.

O documento, divulgado hoje depois da assinatura do tratado de fronteiras, foi criticado numa carta do negociador principal timorense, Xanana Gusmão, à Comissão de Conciliação, que acusa de ter ido além do seu mandato e de ter feito recomendações mais favoráveis ao DLNG.

“Ficámos desapontados ao ver a direção que a Comissão adotou na sua análise. Em vez de trabalhar de forma igual e equilibrada nos dois conceitos de desenvolvimento, os esforços da Comissão focaram-se mais em construir o conceito do DLNG (gasoduto para Darwin), em detrimento do TLNG (gasoduto para Timor-Leste)”, escreveu Xanana Gusmão.

“Seja como for que os enquadremos (os documentos), além de conterem sérias falhas e erros técnicos e económicos fundamentais, não são uma simples recomendação mas, em vez disso, uma clara posição parcial, desenhada para pressionar Timor-Leste a decidir a favor do conceito de desenvolvimento do DLNG”, sustentou.

No documento, a comissão argumenta que os benefícios “só serão alcançados se a opção escolhida para o desenvolvimento do recurso for desenhada de forma a ser comercialmente viável”.

E insiste que “não deseja fazer uma recomendação”, mas apenas oferecer uma “análise comparativa dos dois conceitos”.

No caso da opção de TLNG, a comissão lista sete benefícios sublinhando que Timor-Leste “enfatizou repetidamente que está mais preocupado com o desenvolvimento de capital humano e da atividade económica a longo prazo do que com receitas imediatas”.

Já sobre a questão de que Timor-Leste possa acolher, com a opção TLNG, benefícios adicionais com apoio à exploração 'offshore', a comissão diz que as empresas petrolíferas também se comprometeram a isso no caso da opção DLNG.

Entre os benefícios, lista o retorno do investimento em capital, efeitos "multiplicadores na atividade de petróleo e gás em Timor-Leste, empregos para timorenses e a compra de materiais e fornecimentos locais durante a construção".

Refere ainda o emprego de timorenses na operação das infraestruturas no sul do país - com gastos anuais estimados de 280 milhões de dólares - e poupanças de até 25 milhões de dólares por ano no custo mais baixo da produção elétrica ao converter as centrais de diesel para gás.

A opção favoreceria ainda a eventual exploração de outros campos no futuro, desenvolvimento de capacidades e qualificações nesta área em Timor-Leste.

Entre os benefícios da opção DLNG, a comissão destaca as receitas adicionais de 10% para Timor-Leste - ou entre cerca de 3,13 e 3,54 mil milhões de dólares durante a vida do projeto.

As petrolíferas comprometer-se-iam ainda a dar à petrolífera timorense Timor Gap até 3% de capital grátis e mais 6% que poderiam ser comprados comercialmente, bem como 0,9% grátis e mais 1,8% paga de capital na Joint Venture do DLNG.

Entre os 14 benefícios, inclui ainda a participação da Timor Gap no desenho, construção, gestão e operação do projeto do Greater Sunrise, empregos para timorenses e o estabelecimento de uma unidade de fabrico e manufatura com receitas anuais estimadas de seis milhões de dólares.

Compromissos de "maximizar fornecedores timorenses" para o projeto, até 200 milhões para um gasoduto doméstico, 50 milhões para a base de apoio de Suai no país e o fornecimento de gás mais barato para o mercado doméstico são outros dos benefícios listados.

---

### **Gas pipeline for Timor-Leste only with subsidy of \$5.6 billion - UN Commission**

Lusa, 7 March 2018 -- The construction of a pipeline to Timor-Leste would only have viable commercial returns with a "direct subsidy" from the Government or another source of \$5.6 billion, a UN Conciliation Commission said.

This is the conclusion on the options for the Greater Sunrise well development model issued by the Conciliation Commission that mediated the negotiations between Australia and Timor-Leste that culminated in the maritime border treaty signed by both countries on Tuesday in New York .

Regarding a pipeline from the Greater Sunrise to Darwin (DLNG) or to the south of Timor-Leste (TLNG), with Timor-Leste receiving 80% of revenues and Australia 20% in the first option, or respectively 70% and 30% in the second. The two countries did not reach agreement on the pipeline.

"The commission considers that the challenge for the TLNG option would be to achieve an acceptable rate of return for the downstream project without exceeding the 'toll' limit that the upstream concept could support," says a document comparing the two options published today by the Conciliation Commission.

"The commission considers that this can be achieved, but only with a direct subsidy to TLNG by the Government or another source of funding. The Commission estimates that a direct subsidy to the investment capital of the project in the order of \$5.6 billion dollars," the document said.

In practice, they point out, only then would the TLNG option guarantee a toll value of less than \$2 per MMBtu for using the pipeline - the amount needed to make the Greater Sunrise project economically viable, according to the commission's accounts.

MMBtu is a measure applied in natural gas transportation systems.

Nevertheless, the Committee reiterates that it is "difficult to precisely quantify the broader economic effects of the two options", a view confirmed by the parties.

The document, issued today after the signing of the border treaty, was criticized in a letter from the Timorese main negotiator, Xanana Gusmão, to the Conciliation Commission, which accuses it of going beyond its mandate and making more favorable recommendations for DLNG.

“Rather than working on both development concepts in an equal and balanced way, the Commission's efforts have been focused on building up the DLNG concept (pipeline to Darwin), to the neglect of TLNG (gas pipeline to Timor-Leste),” wrote Xanana Gusmão.

“No matter how we frame it, besides containing serious and fundamental technical and economic flaws and errors these documents are not a simple recommendation but instead a clearly one-sided position paper, drafted to pressure Timor-Leste into deciding in favour of the DLNG development concept,” he said.

In the document, the Commission argues that benefits “will only be achieved if the option chosen for resource development is designed to be commercially viable.”

And it insists that “it does not want to make a recommendation”, but only offer a “comparative analysis of the two concepts”.

In the case of the TLNG option, the Commission lists seven benefits underlining that Timor-Leste “has repeatedly emphasized that it is more concerned with the development of human capital and long-term economic activity than with immediate revenues.”

Already on the issue of the possibility of receiving additional benefits with the TLNG option in support of offshore exploration, the Commission says that oil companies have also committed to this in the case of the DLNG option.

Among the benefits is the return on capital investment, “multiplier effects on oil and gas activity in Timor-Leste, jobs for Timor-Leste, and the purchase of local materials and supplies during construction.”

It also refers to the use of Timor-Leste in infrastructure operations in the south of the country - with estimated annual expenditures of \$ 280 million - and savings of up to \$ 25 million per year in the lower cost of electricity production by converting from diesel to gas .

The option would also favor the possible exploration of other fields in the future, development of capacities and qualifications in this area in Timor-Leste.

Among the benefits of the DLNG option, the commission highlights additional revenues of 10% for Timor-Leste - or between about \$3.13 and \$3.54 billion over the life of the project.

The oil companies would also commit to giving the Timorese oil company Timor Gap up to 3% free capital and a further 6% that could be purchased commercially, as well as 0.9% free and 1.8% paid capital in the DLNG Joint Venture.

Among the 14 benefits, it also includes Timor Gap’s participation in the design, construction, management and operation of the Greater Sunrise project, jobs for Timor-Leste and the establishment of a manufacturing and manufacturing unit with estimated annual revenues of six million dollars.

Commitments to “maximize Timor-Leste suppliers” for the project, up to \$ 200 million for a domestic pipeline, \$ 50 million for the Suai Supply Base in the country and the supply of cheap gas for the domestic market are other benefits listed.

---

---